



## Proteção a escolas rurais e indígenas segue para sanção

Texto aprovado em Plenário dificulta o fechamento de estabelecimentos públicos também em quilombos para assegurar às comunidades oferta contínua de educação

**G**estores públicos de ensino não podem mais decidir sozinhos pelo encerramento de atividades em escolas no campo, em áreas indígenas ou em quilombos. A decisão pelo fechamento terá que ser confirmada pelos conselhos municipais ou estaduais de educação, que

têm representantes da sociedade e farão diagnósticos de impacto.

Nos últimos cinco anos, foram fechadas 13 mil escolas na zona rural, gerando transtorno. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que esse tipo de escola atende 151 mil alunos em todo o Brasil. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Ana Amélia, gestor que busca a reeleição tem vantagem sobre concorrentes

### Candidato a reeleição poderá ser obrigado a deixar o cargo

Texto de Ana Amélia, com emenda de Luiz Henrique, foi aprovado em comissão e será votado em Plenário. Pela proposta,

presidentes da República, governadores e prefeitos devem se desincompatibilizar três meses antes das eleições. **3**

Pedro Franco/Agência Senado



Renan Calheiros, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes na sessão do Plenário que aprovou proteção a escolas

### Senado nomeia 75 concursados e anuncia acordo com bancos 2

### Prazo menor para destruição de drogas apreendidas 7

### Comandante da Aeronáutica debate compra de caças hoje 7

### Consignado pode ficar isento de IOF

Proposta que desonera operações de empréstimo com garantia de desconto em folha, os chamados consignados, foi aprovada pela Comissão de Assuntos

Sociais. Senadores esperam que medida fortaleça o mercado interno e ajude a diminuir o endividamento de muitas famílias de trabalhadores e aposentados. **6**



Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Cyro Miranda e Jayme Campos conversam na Comissão de Assuntos Sociais

### Mudança nas dívidas com a União será votada em março 5

### Sessão pelos 20 anos do Plano Real volta a repercutir 4

**CONSULTA PÚBLICA**

**PLS 397/2011**  
Prazo de validade do exame da OAB

**[ até 7 de março ]**

**Opine sobre esta discussão.**

informações sobre o projeto: <http://bit.ly/1kk4nSl>  
participação: <http://bit.ly/OAB1aFase>



# Senado nomeia concursados e continua com Caixa e BB

Os 75 novos servidores suprem parte das 477 vagas abertas em 2012 e 2013. Casa receberá R\$ 100 milhões para manter folha de pagamento nos bancos federais e cumprirá decisão judicial de pagar acima do teto

A MESA DO Senado comunicou ontem que decidiu nomear 90 aprovados no último concurso público. Desse total, 75 nomeações foram publicadas ontem mesmo no *Diário Oficial da União*. Na reunião, também foi informado que a Casa receberá R\$ 100 milhões para manter a folha de pagamento dos servidores na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil pelos próximos cinco anos. E uma nota da Presidência da Casa confirmou que, para cumprir determinação judicial, serão pagas eventuais parcelas salariais acima do teto constitucional (R\$ 29.462,25).

O primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC), informou que serão nomeados mais 15 policiais legislativos. A chamada, explicou o senador, dependia da correção de um ato que vedava nomeações na Polícia Legislativa. Segundo Viana, a alteração já foi assinada. A decisão supre parte das 477 aposentadorias de 2012 e 2013. Para este ano, estão previstas 280 aposentadorias.

Os novos servidores serão distribuídos em 14 setores com mais carências, nas áreas de processo legislativo, consultoria legislativa, consultoria de orçamento, informática, administração e polícia legislativa.

Dos R\$ 100 milhões pela folha de pagamento, dois terços serão pagos pelo Banco do



Renan preside reunião da Mesa: novos servidores serão distribuídos em 14 áreas

Brasil e o restante pela Caixa Econômica. Para os servidores, nada muda, já que, atualmente, os pagamentos já são feitos pelos dois bancos.

— A grande mudança é que o Senado vai receber por isso. A Câmara já faz isso há algum tempo — explicou o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Aprimoramento

Flexa informa que o dinheiro será usado em melhorias que incluem o aprimoramento do trabalho das comissões por meio virtual. Além disso, deve ser feita uma atualização do Prodasen, responsável pela tecnologia da informação.

— Os recursos vão ser usados para modernização do Senado, melhoria das condições de trabalho e aprimoramento da Casa — acrescentou o segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Em relação aos valores acima do teto salarial, o pagamento havia sido suspenso em 2013, após recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), mas liminar do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que as parcelas voltassem a ser pagas. Semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia anunciado que os valores seriam depositados em juízo até que a decisão sobre o mérito fosse tomada pelo STF. O ministro, no entanto, esclareceu que o pagamento não poderia ser feito em juízo.

Na decisão favorável ao pedido do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Marco Aurélio argumentou que os servidores não foram ouvidos, o que violaria o direito ao contraditório.

## Jayme Campos critica modelo de educação que não reprova alunos



Jayme Campos (DEM-MT) criticou ontem o modelo educacional de aprovação automática dos alunos que, segundo ele, é adotado pelo governo federal e pelas autoridades de Mato Grosso.

O parlamentar citou matéria divulgada na imprensa na qual a mãe de um estudante de uma escola estadual mato-grossense pediu que a direção reprovasse o filho. O menino, de 10 anos, já é aluno do 5º ano, apesar de não saber ler ou escrever.

O senador afirmou que a falha não é do quadro de professores ou da escola, mas do sistema pedagógico que exige do aluno apenas frequentar 75% das aulas para aprovação. Para Jayme, a política de não reprovação deve ser substituída imediatamente.

## Taques diz que obras da Copa em Cuiabá não estarão prontas a tempo



Pedro Taques (PDT-MT) disse que a proximidade da Copa do Mundo assombra Mato Grosso, porque boa parte das obras prometidas não vai estar pronta para o evento.

Segundo o senador, relatório do conselho regional de engenheiros do estado aponta que a maioria das obras de mobilidade urbana prometidas para a Copa tem irregularidades. As 13 obras vistoriadas têm baixo padrão de acabamento e anomalias estruturais de drenagem, sinalização e acessibilidade.

Taques destacou que os problemas podem ser comprovados por quem trafega entre Cuiabá e Várzea Grande: são buracos e obras entregues pela metade ou que já precisam de reparo, apesar de terem sido entregues há menos de um ano.

## Inácio Arruda culpa a burocracia pela falta de milho no Nordeste



Inácio Arruda (PCdoB-CE) reclamou da burocracia da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que estaria impedindo que o milho de Mato Grosso chegue ao Nordeste.

— Só o Ceará precisaria de 30 mil toneladas ao mês. Os criadores são penalizados com um período longo de estiagem e pela burocracia infernal que contamina qualquer governo.

Ele disse ainda que, junto com o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), convidou o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, para o seminário que será promovido em Recife sobre o fortalecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

## Para Receita, MP 627 ajuda a preservar empregos no Brasil

O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Martins, disse ontem que a Medida Provisória 627/2013 vai desestimular a migração de renda do Brasil para países com baixa tributação. Ele participou de debate promovido pela comissão mista da MP, que altera regras de negócios no exterior.

Martins disse que é preciso ter cuidado para evitar situações vantajosas para quem opera fora em relação às empresas que atuam no país.

— Isso incentivaria um movimento de empresas para o exterior, causando desemprego aqui — argumentou.

Ele citou o exemplo da Apple, que aloca 70% do lucro fora dos Estados Unidos, gerando evasão fiscal, em 2012, de US\$ 9 bilhões.

O representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Nelson Zafra, disse que a MP era esperada há seis anos, mas mostrou preocupação com a dificuldade de adaptação dos profissionais.

— As micros, pequenas e médias empresas são maioria no país e não têm estrutura para atender a este novo padrão — afirmou Zafra, que sugeriu a redução dos valores de algumas multas

propostas no texto inicial.

Também defendeu a redução de multas o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Carlos Pelá. Ele considerou positiva a simplificação dos processos de apuração e recolhimentos de tributos apresentados pela MP.

— A simplificação reduz a margem de erro e ajuda no planejamento — disse.

Por sua vez, o representante da Federação Nacional das Cooperativas Culturais, Luis Felipe Gama, reivindicou o fim da cobrança do PIS e da Cofins sobre as atividades culturais oferecidas por grupos e artistas cooperados.

— Nossa questão é dramática. Não sejam os senhores cúmplices do assassinato deste modelo de sucesso, que são as cooperativas — apelou.

Esta foi a segunda audiência pública da comissão. O relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), voltou a afirmar que pretende levar o texto a votação em março.

Também participaram do debate o representante da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Marcelo Baeta, e os advogados Andre Andrade e Andrea Lauletta.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Publicidade infantil

14h Requerimento para a Comissão de Educação analisar projeto sobre publicidade voltada ao público infanto-juvenil.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CRA Apagões no campo

8h A Comissão de Agricultura promove audiência pública para debater o impacto dos apagões no setor rural.

### CDH Militares

9h Debate "Violação dos direitos humanos e conquistas dos militares: realinhamento dos cargos e salários das forças armadas".

### CRE Novos caças

10h Audiência pública interativa para discutir o Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que trata da aquisição de 36 caças, com a presença do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h**, audiência pública da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Justiça aprovou ontem a PEC de Ana Amélia sobre chefes do Executivo. Debate acabou gerando críticas à reeleição



Fila em sessão eleitoral no Guarã, no Distrito Federal: segundo a senadora Ana Amélia, sociedade brasileira está impondo uma nova forma de fazer política

## Afastamento de candidatos à reeleição será votado em Plenário

O DEBATE SOBRE o fim da reeleição para chefes do Poder Executivo foi retomado, ontem, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A motivação foi a proposta de Ana Amélia (PP-RS) que determina o afastamento do presidente da República, governador e prefeito que decidirem disputar um novo mandato no cargo. A matéria (PEC 48/2012) foi aprovada, mas com os votos contrários de Eduardo Suplicy (PT-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Pimentel (PT-CE) e Romero Jucá (PMDB-RR).

— Esta é a medida mais urgente e necessária dentro da reforma política. É ética, moral e da maior relevância para o aprimoramento da democracia no país — disse o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

A PEC segue, agora, para dois turnos de votação no Plenário do Senado. Originalmente, a proposta tornava obrigatório o afastamento desses agentes públicos candidatos à reeleição quatro meses antes do pleito. Luiz Henrique concordou com o espírito da mudança, mas

resolveu apresentar emenda ajustando o início da desincompatibilização para o primeiro dia útil após a homologação da candidatura.

“A proposta em apreço exige o licenciamento antes das convenções partidárias, antes do pedido de registro das candidaturas e antes da homologação das mesmas. É evidente, contudo, que antes da decisão das convenções não há sequer expectativa razoável de candidatura e que, na verdade, candidaturas só passam a ter existência efetiva depois de sua homologação”, justificou o relator.

### Reeleição

Apesar de reconhecer avanços na PEC 48/2012, Luiz Henrique considerou como ideal a extinção da reeleição. Por isso, recomendou a aprovação da PEC 71/2012, de iniciativa de Jucá, que põe fim à reeleição para chefes do Executivo e estende de quatro para seis anos o mandato de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 2016, estabelecendo, com isso, a coincidência geral das eleições. Luiz Henrique é

relator também dessa proposta e já pediu inclusão na pauta de votações da CCJ.

“O viés do poder no voto é fato e nada o demonstra melhor que os resultados eleitorais na vigência da reeleição: raros têm sido os candidatos à reeleição que saem derrotados nas urnas”, observou no parecer favorável à proposta de Ana Amélia, endossando, assim, seu argumento sobre o desequilíbrio que a reeleição impõe na disputa para cargos do Executivo.

Também partidária do fim da reeleição, Ana Amélia disse ter lançado a PEC 48/2012 com o objetivo de moralizar o processo eleitoral.

— Creio ser possível fazer com que o nosso comportamento mereça o respeito da sociedade brasileira.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) chamou a atenção para uma “distorção das regras eleitorais”: a exigência de afastamento prévio dos chefes do Executivo que concorrem a outros cargos eletivos, dispensados dessa obrigatoriedade quando se candidatam à reeleição. Valadares pediu ainda

a votação da PEC 32/2011, de autoria dele e também relatada por Luiz Henrique, que não proíbe a reeleição, mas estabelece a coincidência de mandatos eletivos a partir das eleições de 2018.

As críticas à reeleição foram reforçadas por Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), José Agripino (DEM-RN), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS). O único senador a se dizer claramente favorável à reeleição foi Aloysio Nunes.

— Eu penso que o sistema democrático é tanto mais perfeito quanto maiores e mais amplas forem as escolhas oferecidas ao eleitor. Por que retirar esse item (reeleição) do cardápio de candidatos oferecido aos eleitores? — indagou, revelando confiar na consciência do eleitor e nos instrumentos de controle da Justiça Eleitoral para se evitar desvios nos pleitos envolvendo chefes do Executivo que desejam permanecer no cargo.

### Ana Amélia: proposta reduz desequilíbrio na disputa eleitoral

A sociedade brasileira está impondo à classe política uma nova forma de fazer política. A afirmação foi feita em discurso de Ana Amélia (PP-RS), ao comemorar a aprovação, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da proposta de emenda à Constituição (PEC 48/2012) que torna obrigatória a desincompatibilização dos candidatos à reeleição aos cargos executivos.

Pela proposta inicial, a desincompatibilização deveria ocorrer quatro meses antes do pleito. Mas uma emenda de Luiz Henrique (PMDB-SC) determina que a renúncia do candidato ocorra no primeiro dia útil após a homologação da candidatura, ou seja, três meses antes das eleições.

No discurso em Plenário, Ana Amélia disse que o instituto da reeleição criou, ao longo do tempo, uma disputa desequilibrada entre os candidatos a presidente da República, governador e prefeito:

— Porque, naturalmente, por mais cuidado que tenha o gestor para que a máquina pública não seja usada, já sai numa condição de vantagem competitiva incomparavelmente maior do que o adversário — argumentou a senadora.

A PEC ainda precisa ser votada em dois turnos pelo Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



Ana Amélia comemorou aprovação de proposta de sua autoria na CCJ

## Randolfe defende fim de doações privadas

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) teve ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma reunião com o ministro Teori Zavascki. Acompanhado por deputados do PSOL e pelo senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ana Rita (PT-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe apresentou ao magistrado argumentos a favor da proibição de financiamento de campanhas eleitorais por parte de empresas privadas, que o parlamentar entende ser a principal fonte de corrupção



Senador apresentou argumentos a Teori Zavascki, ministro do STF

no processo político-eleitoral.

Teori é o autor do pedido de vista que adiou o julgamento,

em curso no STF, da ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.650) contra trechos da legislação eleitoral.

Segundo informações da assessoria de Randolfe, o ministro justificou o pedido de vista pela necessidade de meditar mais a respeito da questão. Teori informou ao grupo de parlamentares que a matéria deve voltar a julgamento no Plenário do STF já no mês de março, quando deve apresentar o voto-vista dele aos demais colegas de Corte.

## Sabatina de indicados para tribunais superiores será dia 12

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá sabatinar, em reunião prevista para 12 de março, três indicados para o cargo de ministro de tribunais superiores. Após a deliberação da CCJ, as mensagens irão para o Plenário.

Na reunião de ontem, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Romero Jucá (PMDB-RR) leram relatórios favoráveis

às indicações. Em seguida, o senador Anibal Diniz (PT-AC), na presidência da reunião, concedeu vista coletiva das mensagens presidenciais.

Se forem aprovados pelo Senado, Néfi Cordeiro, Douglas Alencar Rodrigues e José Barroso Filho deverão compor, respectivamente, os seguintes tribunais: Superior de Justiça (STJ), Superior do Trabalho (TST) e Superior Militar (STM).

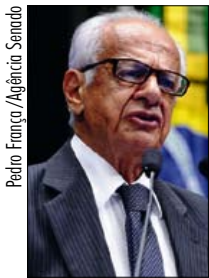
# Plenário repercute os 20 anos do Plano Real

A sessão que celebrou anteontem as duas décadas de vigência do Plano Real voltou a repercutir em Plenário ontem, expondo opiniões divergentes entre os senadores. Representantes do PSDB, Alvaro Dias, Aloysio Nunes

Ferreira e Cyro Miranda realçaram a participação do ex-presidente Fernando Henrique na implantação do plano e rebateram críticas de colegas do PT, como José Pimentel e Humberto Costa. Os petistas criticaram os tucanos por terem

omitido, na sessão, os avanços sociais e econômicos obtidos pelo ex-presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff. Também participaram do debate sobre a situação do país Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e Delcídio do Amaral.

## Simon credita sucesso do Real a Itamar e Fernando Henrique



Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou os 20 anos do Plano Real e creditou parte do sucesso ao que chamou de habilidade política do então presidente

Itamar Franco. A outra parte, disse o senador, deveu-se à condução firme do então ministro da Fazenda — e depois presidente — Fernando Henrique Cardoso. Simon, que foi líder do governo Itamar Franco, lembrou que o povo não acreditava mais em planos econômicos.

— O Plano Real completa 20 anos, duas décadas, quando as outras moedas não passavam de meses ou pouquíssimos anos. Tanto tempo e quem não se lembra daquele barulhinho torturante das maquininhas de aumentar preços no supermercado? Aquele tempo em que cada vez mais sobrava mês após o salário. Quando estocar alimentos não era sinal de fartura, mas um verdadeiro investimento, porque amanhã custaria o dobro — comentou o senador, lembrando a remarcação diária de preço das mercadorias, por causa da inflação.

## Aloysio lamenta reação do PT à comemoração dos 20 anos



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou a reação de senadores petistas à sessão pelos 20 anos do Plano Real. Segundo o senador, eles buscaram desqualificar o

governo Fernando Henrique Cardoso. Ele lembrou que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff têm relação respeitosa com o tucano e que as críticas só podem ser explicadas pelo remorso, já que “o PT não colaborou com plano”. Para Aloysio, Fernando Henrique “exerce exemplarmente o papel de ex-presidente e tira o PT do sério”. Ele acusou o partido de não aprender com seus erros e cobrou mais diálogo entre as legendas.

O senador afirmou que, apesar de os petistas terem feito uma defesa do ex-presidente Itamar Franco como se ele tivesse sido agredido pelos tucanos, foi o PT que agrediu Itamar ao votar “contra o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Fundef”. Ele reconheceu, porém, que “o presidente Lula teve o bom senso de guardar os fundamentos da estabilidade da economia”.

## PT desdenhou do plano de estabilização, afirma Alvaro



Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que parlamentares do PT contam com a falta de memória do povo quando afirmam que o partido salvou o plano econômico.

Ele lembrou que Luiz Inácio Lula da Silva, quando era candidato à Presidência da República em 1994, chamou o Plano Real de “estelionato eleitoral”.

Segundo o senador, o PT também combateu uma série de medidas importantes para a estabilização econômica, como o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer) e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Plano Real, na opinião de Alvaro, foi a mola mestra propulsora da inclusão social no Brasil.

— O PT desdenhou do Plano Real e de seus criadores, mas valeu-se dele para sobreviver no governo, conquistando altos índices de popularidade. Ao falar de inclusão social, o PT não pode ignorar que o Plano Real foi o principal (e é o principal) instrumento de inclusão social no país — afirmou o senador.

## Jarbas critica declarações de Dilma Rousseff na Europa



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lembrou que o Plano Real vigorou por muitos anos por meio de medida provisória porque o PT se negava a aprová-lo.

— Assim como se negou a votar também a Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Jarbas Vasconcelos também leu o editorial “Ela falou pelo Brasil”, publicado ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O texto critica o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em encontro com representantes da União Europeia, porque, segundo o jornal, tem frases sem sentido e sem coesão.

— Eu fico incomodado quando a Dilma vai falar. Não aqui no Brasil, mas quando vai à Europa, à Ásia, aos Estados Unidos, aqui na América do Sul, ao continente africano. É realmente uma dificuldade enorme que ela tem de se expressar, porque ela imagina que entende de economia e não entende de economia coisa nenhuma. Acha que entende do contexto internacional e vai lá para tentar ensinar — disse o senador.

## Pimentel aponta papel do PT na evolução da economia



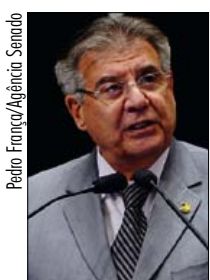
A evolução da economia nas duas últimas décadas não pode ser avaliada sem levar em conta a gestão do Partido dos Trabalhadores, afirmou José Pimentel (PT-CE).

O senador reclamou do fato de que a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula não foram convidados para a sessão de homenagem aos 20 anos do Plano Real.

Pimentel disse que, em 1998, 2001 e 2002, o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o que não voltou a se repetir depois que o PT assumiu a Presidência. Segundo ele, em 2003 as reservas internacionais brasileiras eram de apenas US\$ 38 bilhões e, desse total, US\$ 20 bilhões eram do empréstimo do FMI. Hoje, a reserva é de US\$ 376 bilhões. Em 2003, a dívida do país representava 60,4% do PIB, mas hoje o Brasil pode quitar a dívida internacional, “não deve nem um centavo ao FMI” e a dívida interna é de 33,8% do PIB.

— Evidentemente que isso não é resultado apenas de um governo, mas de um conjunto de ações que foram acertando as contas públicas — disse.

## Cyro Miranda cobra reconhecimento de petistas



Cyro Miranda (PSDB-GO) cobrou dos petistas o reconhecimento de que o Plano Real foi um “marco da modernidade” e que a estabilidade econômica foi uma

herança promissora que os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff receberam.

O senador elogiou a ousadia de Fernando Henrique Cardoso ao estabilizar a moeda e promover reformas que levaram à abertura da economia. Cyro reconheceu os avanços sociais verificados nos governos do PT, mas criticou o partido por fixar-se em conceitos antigos e tomar decisões que põem em risco os fundamentos da estabilidade.

— Pior que isso é o Brasil se encontrar hoje, no momento da comemoração dos 20 anos do Plano Real, numa situação de ameaça inflacionária, descrédito internacional e crescimento píffio. Ou o Brasil se levanta e retoma a bandeira do Plano Real, ou jogaremos o gigante de volta no berço esplêndido, entorpecido pela ideologia e intimidado pelo fracasso da economia.

## Humberto diz que números contrariam apostas negativas

Humberto Costa (PT-PE) disse que, apesar do negativismo do mercado, a Petrobras fechou 2013 com lucro de R\$ 23 bilhões — 20% a mais que em 2012 e 36% maior que o esperado pelos especialistas. Por isso, segundo ele, quem apostou contra a empresa perdeu e vai continuar perdendo. Prova de que as coisas vão bem, disse, é que o câmbio está se estabilizando e o dólar, caindo. Ele destacou ainda queda de 3,6% da dívida pública em janeiro, além da arrecadação recorde:

— Os esforços dos governos elevaram em 0,91% a arrecadação, reflexo da melhoria no ambiente de negócios, maior geração de emprego e maior geração de renda.

Humberto disse ainda que a Fiat Chrysler de Pernambuco vai contratar este ano 800 trabalhadores e mais 2 mil até o final de 2015. E lembrou o aumento de 7,5% no número de crianças de 0 a 3 anos em creches.

Para o senador, os números mostram que, “enquanto a turma do contra insiste em disseminar um falso quadro de instabilidade, o Brasil real vai avançando, sem sobresaltos, rumo à construção de uma economia forte e de uma sociedade mais justa”.

## Delcídio elogia medidas de austeridade do governo



O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiou as medidas de economia anunciadas pelo governo federal.

Na semana passada, o governo informou que decidiu pelo corte de R\$ 44 bilhões do Orçamento deste ano e pela meta de superávit de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB).

Delcídio ressaltou que as medidas foram bem recebidas pelo mercado. Ele disse que o câmbio já reagiu, com um preço menor para o dólar. O senador também destacou a responsabilidade fiscal do governo, ao tomar medidas austeras mesmo em ano eleitoral.

Para Delcídio, as medidas de austeridade representam um grande passo do governo diante da crise que a economia mundial enfrenta. O senador lembrou que as reservas cambiais ultrapassam os US\$ 300 bilhões e indicam que o país está “blindado” para crises externas. Ele admitiu que o país precisa crescer mais, porém criticou aqueles que apostam em dias ruins para a economia brasileira.

# Reindexação das dívidas será votada em março

Projeto de lei que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios com a União teve vista coletiva concedida e votação agendada para a semana após o Carnaval

O SENADOR LUIZ Henrique (PMDB-SC) leu ontem, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), relatório dele contrário às três emendas apresentadas em Plenário por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao projeto de lei que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios (PLC 99/2013). O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), concedeu vista coletiva e marcou a votação para 12 de março. Na terça-feira, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), já havia informado que a matéria deveria ir a Plenário até 27 de março.

Vários senadores, como Pedro Simon (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), cobraram o cumprimento de acordo feito no ano passado para a votação da matéria pelo Plenário do Senado logo no início das atividades legislativas de 2014.

A deliberação sobre o projeto — que foi apresentado pela presidente Dilma Rousseff no início do ano passado —



Luiz Henrique (E) apresentou parecer contrário às emendas ao PLC 99/2013 e alertou para o risco de a proposta retornar para a análise da Câmara em ano eleitoral

passou a enfrentar resistências na base de sustentação do próprio governo após o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ponderar que a conjuntura econômica mundial não favorece a mudança.

Na ocasião, o ministro disse temer o impacto da redução dos encargos nas contas do governo federal e um possível rebaixamento da nota do país pelas agências internacionais de classificação de risco.

## Incompreensão

Segundo Pedro Simon, a oposição do governo a um projeto de iniciativa da presidente da República é o “ápice da incompreensão”. O parlamentar disse que o episódio

poderá causar um grande desgaste da candidatura à reeleição de Dilma Rousseff e observou que a posição mais apaixonada em defesa da proposta é do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do mesmo partido da presidente, o PT.

Como Roberto Requião e Pedro Taques questionaram a prevalência de um suposto acordo de líderes sobre o plenário da CCJ para o adiamento da votação da matéria, Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou um pedido de vista, concedida por Vital do Rêgo. Aloysio Nunes lembrou que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, havia atribuído a uma “elite egoísta e argentária” uma su-

posta manobra para não votar o projeto.

— Agora, já se sabe o nome dessa elite: é o PT — afirmou o tucano.

## Retroatividade

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu ao relator, Luiz Henrique, rever o projeto em dois pontos: restringir novas operações de endividamento dos estados a investimentos e eliminar a retroatividade na aplicação da fórmula de repactuação das dívidas estaduais e municipais.

De acordo com Ferraço, há 15 anos, uma renegociação das dívidas foi benéfica para esses entes federados e só se tornou possível com o endividamento

da União em R\$ 100 bilhões (valor da época). De lá para cá, na avaliação do parlamentar, alguns estados equilibraram as contas e outros, não.

Em resposta, Luiz Henrique lembrou que qualquer alteração no texto aprovado pela Câmara dos Deputados implicará nova análise daquela Casa, onde a proposta já foi aprovada. Esse retorno, de acordo com o parlamentar, tornaria “incerto o destino de importantes providências contidas no projeto”.

## Emendas

Uma das emendas de Randolfe veda a cobrança de juros nos contratos de empréstimos firmados com estados, Distrito Federal e municípios. Luiz Henrique disse não ver razão para que alguns estados e municípios estejam livres do pagamento de juros, “privilegio não concedido a nenhum outro devedor”.

Após a votação na CCJ, as emendas ainda terão de ser examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Só após o parecer das duas comissões é que o projeto estará em condições de retornar ao Plenário.

O projeto de iniciativa do Executivo começou a tramitar na Câmara no início de 2013, sendo aprovado em 23 de outubro. O texto original previa a troca do indexador dessas dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Também fixava como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic — valeria o menor valor.

## Luiz Henrique lembra prazo final para votação do projeto

Luiz Henrique (PMDB-SC) alertou para a necessidade de o Senado votar logo o projeto que reduz o índice de correção das dívidas dos estados e municípios, sem emendas.

Ele lembrou que, pelo Regimento Interno, o Senado tem até o dia 27 de março para votar a proposta. A votação das emendas ao projeto na Comissão de Constituição e Justiça está prevista para o dia 12.

Luiz Henrique pediu que estas datas sejam respeitadas e fez uma advertência: se qualquer emenda for aprovada pelos senadores, o projeto terá que voltar para a Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, isso teria consequências drásticas

para a maioria dos estados. Ele prevê que, nesse caso, a Câmara dos Deputados não poderia votar o projeto este ano por causa do processo eleitoral, que começa já em junho, com as convenções partidárias.

— Seria muito importante que os governadores e seus secretários da Fazenda, os prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro e seus secretários de Finanças estivessem aqui no dia 12 de março, não só para que se opere a votação mas para que se reinicie uma negociação que permita a votação desta matéria durante o primeiro semestre e, assim, garantir um alívio nas finanças dos estados e dos municípios — disse o senador.

## Prefeito do Rio diz que Congresso precisa tomar uma decisão

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, defendeu a votação do projeto que reduz encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013). Em visita ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o prefeito disse que a proposta já foi bastante discutida e que é hora de colocá-la em votação.

Paes disse que a instabilidade jurídica pode prejudicar os investimentos. O prefeito ressaltou que o governo enviou o projeto para o Congresso, que já o discutiu e que, agora, é preciso tomar uma decisão.

Paes lembrou que o Rio

de Janeiro é uma das capitais com melhor condição fiscal. No entanto, ressaltou a expectativa de que “alguns ganhem e outros saiam perdendo” com a mudança do indexador das dívidas. Ele apontou a situação do município de São Paulo e do estado do Rio Grande do Sul como exemplos das “imensas dificuldades” para investir e criticou os juros praticados pelo governo.

— A negociação da dívida chegou num ponto em que se cobra uma taxa de juros absurda, que o banco privado não faz, que o agiota na esquina não faz — afirmou.



## Comissão de Orçamento adia análise de contas do governo

A reunião que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) faria ontem foi cancelada por falta de quórum e ainda não há data definida para a próxima. Uma reunião do co-

legiado só pode começar com pelo menos seis deputados e dois senadores (um sexto da composição de cada Casa legislativa na CMO).

Na pauta do colegiado, estão

relatórios de prestações de contas do governo federal e requerimentos para audiência com autoridades do governo.

Um dos requerimentos convoca o ministro das Cidades,

Aguinaldo Ribeiro, para esclarecer os critérios para realização dos empenhos de emendas parlamentares. Outro pede a convocação da ministra do Planejamento,

Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos sobre o decreto presidencial que autoriza a contratação direta, sem licitação, da Geap — Autogestão em Saúde.

# Avança fim de IOF sobre empréstimo consignado

Proposta que desonera operações de empréstimo com garantia de desconto em folha foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais. Renúncia fiscal foi estimada em R\$ 2,52 bilhões para 2014

FOI APROVADO ONTEM na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que isenta do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro — o chamado IOF — as operações de empréstimo consignado, visando reduzir custos e baixar juros desse tipo de crédito bancário. A medida ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em caráter terminativo. Depois segue para a Câmara dos Deputados.

O autor do projeto (PLS 382/2013), senador Paulo Paim (PT-RS), argumenta que o empréstimo bancário vinculado à consignação em folha de pagamento é um importante instrumento para

fortalecer o mercado interno. E como não apresenta risco de inadimplência, essa modalidade de crédito pratica juros mais baixos que outros empréstimos pessoais. Com a desoneração do IOF, Paim acredita que será possível oferecer condição ainda melhor para o consignado.

Na justificativa do projeto, Paim estima que a isenção do imposto no consignado levará a uma renúncia fiscal de R\$ 2,52 bilhões em 2014 e 2,8 bilhões em 2015 (se houver a isenção tributária durante todo o ano). Entende-se por renúncia fiscal aquilo que o Estado abre mão de recolher dos contribuintes para favorecer um segmento ou

região econômica, um setor da população ou o conjunto da economia.

Em apoio ao projeto, o relator Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirma que os beneficiários do crédito consignado já pagam alta carga de impostos, sejam os tributados na fonte, como o imposto de renda, ou os embutidos nas mercadorias, como ICMS e ISS. Ele argumenta ainda que a redução de custo do consignado ajudará a resolver a situação de endividamento de muitas famílias de trabalhadores e aposentados.

Na reunião de ontem, o voto de Casildo Maldaner foi lido pelo senador Humberto Costa (PT-PE).



Vítimas do incêndio na Boate Kiss foram intoxicadas e não havia antidoto

## Audiência debaterá antidotos para gases tóxicos de incêndios

O incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mostrou que o país não dispõe de conhecimento suficiente sobre antidotos a serem usados no socorro a pessoas que inalam gases tóxicos nessas situações. Para reverter esse despreparo no socorro a vítimas de incêndio, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá o tema em audiência pública, atendendo requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS).

— Temos que aproveitar a tragédia de Santa Maria para produzir também uma prevenção e uma política nacional de antidoto para agentes químicos tóxicos. Se tivéssemos essa prevenção, talvez muitas vítimas que morreram intoxicadas poderiam ter sobrevivido — frisou Ana Amélia.

Ela observa que é comum no país a pesquisa de antidotos para veneno proveniente de picadas de animais peçonhentos, mas são raras as pesquisas sobre substâncias que neutralizam a ação de produtos químicos tóxicos. Nos Estados Unidos, disse, a vitamina B12 é administrada para pessoas que inalaram gases tóxicos, mas esse procedimento ainda não está previsto no Brasil.

Para discutir a questão, a senadora sugere que sejam convidados representantes do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de especialistas que

desenvolvam pesquisas sobre substâncias que podem neutralizar o efeito de gases tóxicos.

### Represália

Também foi aprovado requerimento para realização de audiência pública para discutir o projeto (PLS 340/2012) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para evitar represália ou discriminação contra trabalhador que estiver movendo ação na Justiça contra o empregador.

O projeto, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), recebeu voto pela rejeição do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

O autor argumenta que a Constituição assegura a todos que se sentirem lesados ou ameaçados o direito de acionar o Poder Judiciário.

Ele pondera, no entanto, que não basta garantir o direito de ação, sendo preciso cercar esse direito de garantias mínimas, “sem as quais o acesso pode ser dificultado ou mesmo impedido”.

Valadares quer incluir na CLT artigo para evitar que o empregado que demandar a Justiça contra a empresa sofra constrangimento, discriminação ou represálias por parte do empregador.

No voto pela rejeição, o relator afirma que a medida já está prevista na lei. Para melhor discutir a questão, Paim sugeriu a realização da audiência antes da votação na CAS.



Humberto Costa cumprimenta Paulo Paim na sessão da CAS que aprovou o fim do IOF para empréstimos consignados

## Raupp: Rondônia ainda precisa de ajuda

A situação de Rondônia e do Acre, atingidos por fortes chuvas e enchentes, precisaria ser acompanhada por uma comissão externa do Senado, na opinião de Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, em Rondônia as cheias já deixaram cerca de 5 mil pessoas desabrigadas e causaram um prejuízo de mais de R\$ 300 milhões. Duas cidades — Guajará-Mirim e Nova Marmoré — estão isoladas, porque a BR-425 está interrompida há duas semanas.

Raupp agradeceu à Defesa

Civil nacional e ao governo federal pela ajuda prestada a Rondônia, com recursos financeiros, materiais e alimentos. Mas adiantou que o estado



Raupp sugeriu uma comissão externa para acompanhar situação de cheias

vai precisar de ajuda por mais tempo, já que dentro de oito a dez dias as águas devem começar a baixar, surgindo, então, o problema das endemias.

— Que o Ministério da Saúde, a Vigilância Sanitária, a Funasa possam entrar de corpo e alma para evitar uma epidemia de doenças na região — pediu.

O senador acrescentou que as enchentes também afetam a Bolívia, onde há mais de 40 mil desabrigados e 500 mil cabeças de gado morreram. O governo boliviano já solicitou ajuda ao Brasil.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Segue para votação em Plenário projeto que determina incineração em até 30 dias. Pela norma atual, é preciso aguardar processo judicial

# Prazo para destruição de drogas apreendidas poderá diminuir

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um novo procedimento para destruição de drogas apreendidas pela polícia. A intenção do PLC 115/2013, que determina incineração em até 30 dias, é evitar o armazenamento de grandes quantidades em delegacias e depósitos policiais, que se tornariam alvo do ataque de criminosos. A norma

atual estabelece a destruição só após o encerramento do processo judicial.

No parecer favorável ao projeto, o relator, Humberto Costa (PT-PE), informa que o texto que muda o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) prevê a preservação só de amostras da droga, em quantidade reduzida, para servir à instrução

criminal. As amostras serão destruídas depois.

Antes da votação na CCJ, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) chegou a sugerir a retirada de pauta para análise em conjunto com o PLC 37/2013, que faz uma alteração mais ampla no Sisnad. Valadares é relator desse projeto e apontou a similaridade no processo sugerido para a destruição de

drogas apreendidas em ambas as propostas.

O apelo de Valadares acabou sendo vencido pela argumentação do relator. Humberto ponderou que a aprovação do PLC 115/2013 agilizará a entrada em vigor da medida legal de redução do prazo para incineração de drogas depositadas em delegacias. Já o PLC 37/2013 ainda deverá ser reexaminado pela Câmara em função das mudanças feitas pelo Senado.

Eduardo Braga (PMDB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Pedro Taques (PDT-MT) também realçaram a importância da aprovação rápida do PLC 115/2013.

Humberto acolheu emendas de redação apresentadas por Taques, que não modificaram, entretanto, o conteúdo do projeto. Se o texto aprovado pela Câmara se mantiver inalterado no Plenário do Senado, será encaminhado em seguida à sanção presidencial.

## Rolleberg quer novo plano de cargos para PM e bombeiros do DF

Para que o Congresso possa votar novo plano de cargos e salários para os policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu uma negociação entre os governos federal e do Distrito Federal (GDF). Para o senador, a proposta deve refletir os interesses de toda a corporação.



Pedro França/Agência Senado

Segundo ele, um reajuste proposto recentemente pelo GDF contou com o apoio apenas dos oficiais, tendo desagradado a soldados, cabos, sargentos e suboficiais.

O senador afirmou que a sensação de insegurança no Distrito Federal é tão grande que o governo francês aconselhou cautela aos torcedores que vierem a Brasília na Copa por causa dos casos de sequestros relâmpagos.

— Há um mito de que a Polícia Militar do Distrito Federal é a melhor remunerada do Brasil. Já foi, não é mais. Hoje é a oitava remuneração do país e, se ponderarmos com os índices de inflação, o DF está na 13ª posição — disse.



ASCOM POLÍCIA CIVIL

Plantação de maconha encontrada no Pará no ano passado seria incinerada em no máximo 30 dias, segundo o projeto

## Comandante da Aeronáutica fala hoje em comissão sobre novos caças

A recente decisão do governo de comprar 36 caças supersônicos suecos Gripen, para reequipar a Força Aérea Brasileira, será debatida às 10h de hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em audiência pública interativa. Foi convidado o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito. Os caças foram negociados com compromisso de transferência de tecnologia. O Brasil pagará US\$ 4,5 bilhões até 2023.

O internauta poderá partici-

par com perguntas e comentários, que serão encaminhados aos senadores e ao convidado, pelo Alô Senado (0800-612211)

e pelo Portal e-Cidadania ([www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)).

Requerimento de Ana Amélia (PP-RS) estabelece que

a audiência seja feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Na audiência, Saito responderá a cidadãos que enviarem questões pela internet

**ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h**

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CREprojetoFX2>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCREprojetoFX2>
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800-612211

## Segurança pública será discutida em sessão temática em março

A primeira sessão temática do Senado em 2014 ocorrerá em 26 de março e será sobre segurança pública. O assunto foi sugerido pelos presidentes das comissões em reunião com o presidente da Casa, Renan Calheiros, para definir o calendário legislativo. As sessões temáticas, criadas em 2013, visam debater temas de interesse nacional e podem ser transformadas em deliberativas.

Em outubro, o Senado instalou comissão temporária para analisar 44 propostas sobre segurança pública, como unificação das polícias civil e militar, controle de armas, atenção à vítima, vigilância privada e defesa civil. A comissão tem até maio para concluir

os trabalhos, com parecer de Pedro Taques (PDT-MT).

Também estão em discussão as reformas do Código Penal (PLS 236/2012) e da Lei de Execução Penal (PLS 513/2013). Os senadores discutem também projetos sobre terrorismo e vandalismo. A principal proposta antiterrorismo (PLS 499/2013), que causou polêmica, aguarda elaboração de novo relatório, agora a cargo de Eunício Oliveira (PMDB-CE). Já o vandalismo é previsto no PLS 508/2013, de Armando Monteiro (PTB-PE).

Os temas das duas sessões temáticas seguintes já foram definidos: mobilidade urbana e educação e trabalho

## Magno Malta destaca luta contra a violência e as drogas

Magno Malta (PR-ES) relatou que terça-feira participou de encontro de pastores, em Minas Gerais, e um dos temas foi a violência. Na opinião dele, o país não vem enfrentando o problema de forma adequada.

— Eu usei uma frase forte lá: se não enfrentarmos a violência agora, daqui a dois anos vamos ter que pedir autorização a menino de 10 anos, com uma escopeta na mão, para permitir chamado de senhor, para ver se ele permite abrir a igreja, se deixa você tirar o carro da garagem para levar seu filho à escola.



Pedro França/Agência Senado

O senador também contou ter participado de evento com jovens evangélicos, em que falou sobre o combate à pornografia, à violência e ao narcotráfico. Em Plenário, ele reafirmou que vai lutar contra a proposta de liberação do uso da maconha, que está em estudo no Senado.

— Eu já quero dizer à sociedade civil que eu serei o arauto para fazer o enfrentamento para que essa desgraça não passe, porque com as fronteiras abertas que temos, com a legalização de drogas, este país se tornará o país da contravenção.

## Davim pede à PF informações sobre crianças de Natal

Paulo Davim (PV-RN) cobrou informações da Polícia Federal sobre a apuração do desaparecimento de cinco crianças do bairro Planalto, em Natal. Ele desconfia que elas tenham sido vítimas de quadrilha de tráfico de pessoas, crime que movimenta mais de US\$ 30 bilhões no mundo e que, no Brasil, tem mais de 200 rotas.

Davim lamentou a demora na solução do caso e disse acreditar que isso se deve ao fato de se tratarem de pessoas pobres. Ele relatou o drama da mãe de uma das crianças desaparecidas.

— Ela me disse que preferia que o filho estivesse morto, porque, pelo menos, iria prantear no túmulo.

O senador aproveitou para elogiar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que escolheu como tema da Campanha da Fraternidade deste ano “Fraternidade e tráfico humano”. Ele lembrou que a União Europeia divulgou nesta semana que o Brasil é o segundo país do mundo em casos de tráfico de mulheres.



Pedro França/Agência Senado

Fechamento de escolas no campo, em áreas indígenas ou quilombolas não poderá ser decisão apenas dos gestores do sistema de ensino: conselhos de educação farão diagnóstico de impacto

Senar Rondón



Escola rural em Paranã (TO): das 48 escolas do município, 42 ficam longe da cidade e podem ser protegidas pelo projeto

## Senado aprova proteção a escolas rurais e indígenas

SEGUE PARA SANÇÃO projeto (PLC 98/2013) que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. A proposta, de autoria da Presidência da República, determina consulta ao órgão normativo do sistema de ensino, como os conselhos municipais ou estaduais de educação. Nos últimos cinco anos foram fechadas 13 mil escolas na zona rural, o que gerou transtorno às populações, segundo o Ministério da Educação.

O presidente do Senado,

Renan Calheiros, disse que a proposta veio em muito boa hora e informou que esse tipo de escola atende atualmente 151 mil alunos. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a proposta é de grande importância para milhares de crianças e jovens.

Durante o exame na Comissão de Educação (CE), na terça-feira, a relatora, Ana Rita (PT-ES), enfatizou a necessidade de assegurar a oferta contínua de educação.

— Pais e alunos não podem

ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos, que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino — disse.

A senadora afirmou que é preciso tentar solucionar os problemas antes de decidir pelo fechamento da escola.

— Os conselhos têm a participação de gestores das escolas e de toda a sociedade. Então o fechamento de uma escola tem que ser a última alternativa. Os conselhos vão analisar a situação e fazer um diagnóstico de impacto.

## Ana Rita apresenta prioridades da CDH

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), relacionou ontem os projetos de lei que a comissão considera prioritários para a pauta do Plenário de 2014.

Algumas propostas consideradas prioritárias pela CDH já estão prontas para serem votadas pela comissão. São elas o Projeto de Lei do Senado (PLS) 443/2011, que garante à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual; o PLS 12/2012, que determina que as empresas e cooperativas de frota de táxis, com 20 ou mais veículos, adaptem ao menos 5% da frota para cadeirantes; e o PLS 651/2011, que inclui os idosos na educação de jovens e adultos.

Também há projetos que ainda não têm relatório para votação na CDH. São eles o PLS 78/2011, que dá o direito à moradia digna para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com reserva de 3% das unidades em programas habitacionais; o PLS 297/2013, que altera o Fundo Penitenciário Nacional para que os recursos



Ana Rita sugere que a comissão monitore a política de cotas

arrecadados com multas decorrentes de condenações criminais que envolvam a violência doméstica e familiar sejam aplicados em casas de abrigo destinadas a acolher as vítimas; e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 16/2013, que permite à mulher registrar o nascimento do filho.

Há ainda o PLC 22/2013, de autoria do Poder Executivo, que trata da licença à gestante e à adotante para as militares grávidas e a licença paternidade nas Forças Armadas; e a Sugestão (SUG) 4/2013, vinda do Programa Senado Jovem Brasileiro, que fixa diretrizes adicionais para a educação

no Brasil, como a inclusão de temas de cidadania nos currículos escolares e a realização de provas práticas para seleção de professores.

### Políticas públicas

Ana Rita também solicitou que os senadores da CDH sugiram quais políticas públicas podem ser acompanhadas pela comissão. A avaliação de políticas públicas pelas comissões foi determinada pela Resolução do Senado Federal 44/2013. Segundo a senadora, a comissão deve apresentar à Presidência do Senado, até o dia 31 de março, a política pública que vai acompanhar e avaliar.

Ana Rita sugeriu à comissão que acompanhasse a Lei de Cotas nas universidades (Lei 12.711/2012) ou o Plano Juventude Viva, que busca prevenir o homicídio crescente de jovens no país.

A senadora também apresentou sugestões da Consultoria do Senado, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a Política Nacional do Idoso ou o Programa Bolsa Família.

## Audiência ouvirá brasileiros presos após golpe no Chile

Um grupo de brasileiros presos e torturados no Chile, em 1973, após o golpe militar que derrubou o então presidente Salvador Allende, será convidado a participar de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O objetivo é esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira naquele país, em cooperação com a repressão chilena.

O requerimento, aprovado ontem, foi apresentado por João Capiberibe (PSB-AP), que preside a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da CDH. O autor esclarece que uma das finalidades é a de identificar os policiais que clandestinamente foram deslocados até o Chile para realizar interrogatórios no Estádio Nacional, em Santiago, transformado à época em campo de concentração de prisioneiros políticos chilenos e estrangeiros. Serão convidados para a audiência, a ser ainda agendada, os então prisioneiros Edson Campos, Otto Brockes, Vitorio Sorotiuk, Nielsen de Paula Pires e Tomás Togni Tarquínio.

Outra audiência, em 10 de março, debaterá o tema “Estratégias para uma vida digna ao motorista em prol de menos acidentes e mais vida: Lei 12.619/2012”, por requerimento de Paulo Paim

(PT-RS). A lei a ser debatida regulamentou a profissão de motorista, incluindo o direito ao controle de jornada, que ainda enfrenta problemas na aplicação. Além disso, os 16 vetos impostos pelo Executivo geraram insatisfações na categoria, disse o senador.

Com mais de 20 mil manifestações de apoio e encaminhada pelo Portal e-Cidadania, a sugestão para a regulamentação do uso recreativo ou medicinal da maconha também deve ser abordada em audiência na CDH, como parte de um debate mais amplo sobre drogas. A sugestão também foi de Paim, num acordo com Cristovam Buarque (PDT-DF), o relator da sugestão, que depende de aprovação na comissão para tramitar como projeto de lei.

Foi ainda aprovado requerimento, em mais uma iniciativa de Paim e Cristovam, para audiência com o objetivo de debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil. Paim também assina, junto com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), requerimento aprovado ontem de audiência para debater alternativas para a implementação de programas de capacitação de servidores públicos para atender vítimas de violência doméstica e familiar.



Requerimento para o debate foi apresentado pelo senador João Capiberibe

## Suplicy elogia trabalho da Comissão Nacional da Verdade

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, do governo, e de outras comissões legislativas que têm investigado o período da ditadura militar. O senador ressaltou que, por meio do trabalho dessas comissões, é possível conhecer fatos que entristecem o país.

— Na medida em que se tornarem bem conhecidos, estarão colocados na nossa memória para que fatos dessa natureza nunca mais possam acontecer em nosso



Peirão França/Agência Senado

Brasil — declarou. Suplicy lembrou que, perante a Comissão Nacional da Verdade, um coronel confirmou que o Exército montou uma farsa para justificar o desaparecimento

do deputado Rubens Paiva. Outra testemunha assumiu ter incendiado o carro do deputado. A versão oficial das Forças Armadas era de que guerrilheiros teriam sequestrado Rubens Paiva.

Suplicy lembrou que o deputado morreu em janeiro de 1971 e seu corpo nunca foi encontrado.